

# Superior Tribunal de Justiça

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.518.741 - MG (2019/0167931-0)**

**RELATOR : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK**  
**AGRAVANTE : F L S (MENOR)**  
**ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**

## DECISÃO

Trata-se de agravo contra decisão que não admitiu o recurso especial, interposto com fulcro no art. 105, III, alínea "a", da Constituição Federal, em desfavor de acórdão assim sumariado:

*APELAÇÃO CRIMINAL - ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - ATO INFRACIONAL ANÁLOGO AO DELITO DE ROUBO MAJORADO - NULIDADE DO RECONHECIMENTO PESSOAL - NÃO OCORRÊNCIA - PRELIMINAR REJEITADA - MATERIALIDADE E AUTORIA COMPROVADAS - PALAVRA DA VITIMA EM CONSONÂNCIA COM AS DEMAIS PROVAS NOS AUTOS - REPRESENTAÇÃO MANTIDA - MANUTENÇÃO DA MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE INTERNAÇÃO - CARÁTER SANCIONATÓRIO E RESSOCIALIZADOR DA MEDIDA - RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO.*

*- Considerando o sistema do livre convencimento motivado adotado no Código de Processo Penal no que tange à valoração das provas, não se pode desqualificar o reconhecimento dos adolescentes infratores feito pela vítima apenas por inobservância do procedimento legal, por se tratar de mero desdobramento da prova testemunhal.*

*II - Se a prova dos autos, especialmente os relatos da vítima, corroborados em juízo pelos militares que atenderam a ocorrência policial aponta para a materialidade e a autoria do ato infracional praticado, é de se manter a aplicação da medida socioeducativa, devendo ser afastado o pedido de improcedência da representação.*

*III - Merece ser mantida a medida socioeducativa de internação, por guardar nexo de proporcionalidade com o ato infracional praticado, pois, a par de seu caráter pedagógico que visa à reintegração do jovem em conflito com a lei na vida social, tem ela caráter sancionatório e retributivo, em resposta à lesão decorrente da conduta praticada (fl. 238).*

Na sequência, a defesa interpôs recurso especial, no qual alega violação dos arts. 121 e 122, § 2º, da Lei n. 8.069/1990.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Sustenta, em síntese, que a medida socioeducativa de internação somente é aplicada em caráter excepcional, sendo que apenas a gravidade do ato infracional não autoriza, por si só, a imposição da medida mais severa.

Assevera que é cabível sua aplicação quando outras medidas não se apresentarem como mais adequadas, sendo que o adolescente é primário.

A r. decisão agravada não admitiu o recurso especial, haja vista que o acórdão recorrido decidiu em consonância com a jurisprudência desta Corte.

Contraminuta às fls. 287-289. O Ministério Público Federal pelo desprovimento do agravo (fls. 302-303).

É o relatório. Decido.

O recurso não merece provimento.

A medida socioeducativa de internação foi aplicada pelo Tribunal de Justiça de origem em razão do cometimento do ato infracional análogo ao crime de roubo mediante grave ameaça e violência, conforme o seguinte trecho:

*O art. 122 do Estatuto da Criança e do Adolescente, por sua vez estabelece que a aplicação da medida de internação por prazo indeterminado somente é possível nos seguintes casos: quando se tratar de ato infracional praticado com grave ameaça ou violência contra a pessoa; houver o reiterado cometimento de outras infrações graves ou, ainda, haja o descumprimento reiterável e justificável de medida anteriormente imposta.*

*In casu, por ter sido o ato infracional praticado com violência e grave ameaça à pessoa, autorizada está a aplicação da medida de internação.*

*Ademais, apesar de não terem sido aplicadas outras medidas socioeducativas ao menor, a existência de anotações em sua certidão corroboram a necessidade da medida mais rigorosa.*

*Ressalto que o menor não foi submetido à análise interdisciplinar, não havendo recomendações técnicas sobre qual medida mais adequada.*

*Não obstante ser vedada a imposição da medida de internação com base na gravidade abstrata do ato infracional praticado (orientação do enunciado da Súmula 492, do Superior Tribunal de Justiça), entendo que o caso concreto sugere a necessidade da medida em razão das peculiaridades acima mencionadas que, associadas, revelam o comprometimento do menor com a vida delitiva, o que autoriza a sua aplicação (fls. 246-247).*

# *Superior Tribunal de Justiça*

Nos termos do art. 122 do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, a medida socioeducativa de internação é possível somente nas seguintes hipóteses: a) pela prática de ato infracional mediante grave ameaça ou violência contra a pessoa; b) pela reiteração no cometimento de outras infrações graves; ou c) em razão do descumprimento reiterado e injustificado de medida anteriormente imposta.

No presente caso, constata-se que a conduta consistiu em ato infracional praticado mediante violência e grave ameaça à pessoa, o que autoriza a imposição da medida socioeducativa de internação, nos termos da legislação de regência, qual seja, o art. 122, I, da Lei n. 8.069/1990.

Portanto, ao contrário do alegado, a necessidade da aplicação da medida socioeducativa mais severa resta devidamente justificada, de modo que o entendimento do acórdão recorrido encontra-se em consonância com a jurisprudência desta Corte Superior. Nessa linha:

*HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO PRÓPRIO. DESCABIMENTO. ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – ECA. ATO INFRACIONAL EQUIPARADO AO DELITO DE ROUBO MAJORADO PELO CONCURSO DE AGENTES. ABSOLVIÇÃO. INVIABILIDADE DE ANÁLISE EM SEDE DE HABEAS CORPUS. MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE INTERNAÇÃO. POSSIBILIDADE. ART. 122, INCISO I, DA LEI N. 8.069/90. INEXISTÊNCIA DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL. WRIT NÃO CONHECIDO.*

*1. Diante da hipótese de habeas corpus substitutivo de recurso próprio, a impetração não deve ser conhecida, segundo orientação jurisprudencial do Supremo Tribunal Federal – STF e do próprio Superior Tribunal de Justiça – STJ. Contudo, considerando as alegações expostas na inicial, razoável a análise do feito para verificar a existência de eventual constrangimento ilegal.*

*2. O acolhimento do pedido da defesa de análise quanto à absolvição do ato infracional equiparado ao delito de roubo majorado demanda o reexame aprofundado de provas, inviável em habeas corpus. Ademais, com base nas provas dos autos, na confissão do paciente e nos depoimentos da vítimas, sobretudo nas circunstâncias do delito, em que o paciente foi apontando como o autor do ato infracional, onde anunciou o assalto e, portando o simulacro de arma de fogo, tomou os pertences das vítimas, as instâncias ordinárias entenderam que o adolescente praticou o ato infracional equiparado ao roubo.*

*3. O ato infracional análogo ao delito de roubo majorado, conduta praticada mediante grave ameaça ou violência contra a pessoa, autoriza a imposição de medida socioeducativa de internação, de acordo*

# *Superior Tribunal de Justiça*

*com o disposto no art. 122, inciso I, do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA. Precedentes.*

*Além do mais, o Magistrado sentenciante ressaltou que o paciente evadiu-se da unidade socioeducativa CENIP Recife/FUNASE, o que reforça a fundamentação de que o adolescente não tem perfil para cumprimento de medidas em meio aberto.*

*4. Habeas corpus não conhecido (HC 457.023/PE, por mim relatado, QUINTA TURMA, DJe 17/12/2018).*

**PENAL E PROCESSUAL PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ATO INFRACIONAL EQUIPARADO AO DELITO CAPITULADO NO ART. 157, § 2º, INCISOS I E II, DO CÓDIGO PENAL. INTERNAÇÃO. ATO COMETIDO MEDIANTE CONCURSO DE AGENTES E USO DE ARMA DE FOGO. INCIDÊNCIA DO ART. 122, INCISO I, DO ECA. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.**

*1. A medida socioeducativa de internação está autorizada nas hipóteses taxativamente previstas no art. 122 do ECA (v. g. HC 291.176/SP, Quinta Turma, Rel. Min. Jorge Mussi, DJe de 21/8/2014).*

*2. Existe a incidência da hipótese prevista no inciso I do art. 122 do ECA, quando o menor cometeu o ato infracional, equiparado ao delito de roubo majorado, em concurso de agentes e com grave ameaça a pessoa, consubstanciada no uso de arma de fogo, sendo razoável e proporcional a imposição da medida socioeducativa de internação.*

*3. Agravo regimental improvido (AgRg no AREsp 856.985/MG, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, DJe 26.2.2016).*

Incide, na hipótese, o enunciado n. 83 da Súmula do STJ.

Diante do exposto, com fundamento na Súmula n. 568/STJ, nego provimento ao recurso.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 08 de outubro de 2019.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator